



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO**  
**Subcomitê do e-Gestão - Biênio 2023/2024**

**ATA DE REUNIÃO PRESENCIAL**

<b>Data:</b> 06/06/2023	<b>Horário:</b> 10:00 - 11:00	<b>Número:</b> Se-Gestão 04/2023
<b>Participantes:</b> (Ato TRT21-GP nº 041/2023 e Portaria TRT21-GP nº 084/2023)	<b>Membros do Comitê:</b> O Excelentíssimo Senhor Desembargador Vice-Presidente Eduardo Serrano da Rocha, o Excelentíssimo Senhor Juiz Auxiliar da Corregedoria Michael Wegner Knabben e os servidores Keilia Melo de Moraes, Marcelo Roberto Silva dos Santos, Marília Melo Diniz, Kléber de Medeiros Teixeira, Tarcísio Pinto Câmara, Divanda Lima de Freitas Cavalcanti, Cláudio Delgado de Freitas e José Adriano Silveira Albuquerque Guimarães.	
<b>Convidados:</b>	Joany Anastácio Barata (assessor do desembargador Eduardo Serrano da Rocha)	
<b>Local:</b>	Sala de reuniões do CEJUSC Natal	
<b>PROAD:</b>	<b>412/2023</b>	

**INFORMAÇÕES**

- Ausentes, justificadamente, os servidores Keilia Moraes e Kléber Teixeira, em razão de férias, assim como o servidor Marcelo Roberto.

**1. Pauta**

**1.1. Explicação sobre a visita realizada ao TRT da 13ª Região (Paraíba) em 05 de maio de 2023;**

**1.2. Análise da planilha de ajustes.**

**1.1. Explicação sobre a visita realizada ao TRT da 13ª Região (Paraíba) em 05 de maio de 2023**

Uma comissão formada por Dr. Michael Knabben e os servidores Cláudio Delgado, Divanda Cavalcanti, José Adriano, Marília Diniz e Marcelo Roberto (todos integrantes deste subcomitê), mais os servidores Caio Lima, Emerson Carlos e Fabiana Faria realizaram visita técnica ao TRT da 13ª Região no último dia 05 de maio. Lá, participaram de reunião de trabalho com o Juiz Auxiliar da Presidência, Dr.



Lindinaldo Silva Marinho (que também preside o Comitê Gestor Regional do e-Gestão do TRT13), o Secretário Geral Judiciário, Renan Cartaxo Marques Duarte, e a Coordenadora de Inteligência e Gestão Negocial, Fernanda Silva de Lima.

Observações realizadas:

Ações gerais do TRT da 13ª Região para fins de melhoria dos indicadores, metas e prêmios do Judiciário:

fomos elogiados no painel do ICoC

- Criação de equipe vinculada à Secretaria Geral Judiciária, cuja equipe é multidisciplinar, composta por servidores da Corregedoria, Estatística, Área Negocial do PJe, com servidores lotados nesses setores e que trabalham no mesmo espaço físico, com fins de compartilhar informações de forma mais ágil e efetiva;
- Coordenação da equipe pelo Juiz Auxiliar da Presidência, afastado da jurisdição;
- Capacitação da equipe em Gestão do Prêmio CNJ de Qualidade;
- Gestão do Prêmio CNJ de Qualidade feita com metodologia ágil, usando, como ferramenta kanban, o trello;
- “Tradução” das metas - descrição das metas de uma forma que o usuário entende mais facilmente. Todos os servidores da Corregedoria precisam ser “experts” no glossário das metas nacionais;
- As metas são monitoradas pela Corregedoria diretamente junto ao 1º grau - Observatório;
- A Secretaria Geral Judiciária atua, em parceria com os gabinetes, no monitoramento das metas no 2º grau;
- Criação de um arquivo com a otimização das rotinas de uso do PJe que refletem no lançamento de movimentos;
- IRDRs e IACs julgados em 2022: 1 IAC suscitado pela parte, 1 IAC suscitado pelo MPT e 1 IRDR suscitado por uma Turma;
- Foi criada consulta no SAO/PJe que lista os processos passíveis de conciliação no 2º grau, a partir de critérios pré-definidos. Esta listagem é encaminhada para os gabinetes de desembargador;
- Criação de Força Tarefa para atuar nas Varas que estejam necessitando, com o objetivo de melhorar a imagem do TRT com um todo. Essa Força Tarefa é composta por servidores com expertise em execução, e também recebe suporte da Seção de Cálculos, vinculada à Corregedoria.

IGEST

- Para monitoramento do IGEST, assim como das metas nacionais, utiliza-se o sistema Hórus (no momento, ainda um painel no QlikView). Em fase de validação o Hórus no Power BI;
- Criados no campo “Fase de conhecimento” da aba “e-Gestão 1º grau” do Hórus as seguintes consultas:
  - aguarda prolação de sentença - prazo vencido
  - pendentes de baixa e solucionados



- Também foi criado o mapa de calor (parecido com o que aparece no e-Monitora);
- Foi criado, dentro das Unidades Judiciárias, o papel do “Dono do Índice”. Ex: Assistente de Gabinete “dono” do indicador que indica sentenças em atraso; Calculista “dono” dos itens de liquidação;
- O painel do IGEST criado pelo TRT21 tem mais informações que painel do Hórus do TRT13, entretanto o Hórus tem outros relatórios que podem ser adicionados no SAGE:
  - Sentenças líquidas
  - Sentenças proferidas em atraso
- Os oficiais de justiça foram retirados da lotação das VTs, para melhorar os resultados do mesoindicador “força de trabalho” do IGEST;
- Utilização da prescrição intercorrente para baixa de processos.

#### Conciliação no 2º grau

- “Todo” processo que vai descer do 2º grau é remetido ao CEJUSC, excetuando os de improcedência ou órgãos públicos, por ex. O juiz dedicado ao CEJUSC é quem faz audiências de conciliação no 2º grau.

Desde a reunião, a Secretaria Geral Judiciária do TRT13 já enviou ao TRT21:

- Os documentos que fazem a “tradução” das metas nacionais;
- O arquivo com a otimização das rotinas de uso do PJe que têm reflexos no lançamento de movimentos.

Após tomarem conhecimento do painel de BI desenvolvido pelo TRT21, dr. Lindinaldo e Renan Cartaxo elogiaram a iniciativa e manifestaram interesse no compartilhamento da ferramenta.

#### Deliberações:

- Propor à Escola Judicial a realização de oficina com magistrados e diretores de secretaria, convidando dr. Lindinaldo Marinho para falar sobre a experiência do TRT da 13ª Região;
- Propor à Presidência a realização de estudo para criação da Secretaria Geral Judiciária do TRT21;
- Propor à Presidência a realização de estudo para criação da Central de Cálculos, onde os calculistas continuariam dedicados às suas unidades de origem, mas não contariam para a força de trabalho da VT no IGEST;
- Propor à Presidência a realização de estudo para lotação dos Oficiais de Justiça na Central de Mandados no fórum de Natal, de modo que os Oficiais de Justiça continuariam dedicados às suas unidades de origem, mas não contariam para a força de trabalho da VT no IGEST. Tal mudança terá impactos positivos nos resultados dos indicadores do IGEST relacionados com força de trabalho (processos baixados por servidor e processos pendentes de baixa por servidor);
- Propor à Presidência a realização de estudo da aplicação da prescrição intercorrente e seus reflexos nos indicadores de produtividade e força de



trabalho do IGEST;

- Verificar, junto à Secretaria Geral Judiciária do TRT13, a possibilidade de obter a consulta criada no SAO/PJe que lista os processos passíveis de conciliação no 2º grau, a partir de critérios pré-definidos, para ser encaminhada aos gabinetes de desembargador.

## 1.2. Análise da planilha de ajustes

Analisando-se a situação da [planilha](#) que consolida os pedidos de ajuste no e-Gestão, observamos que no momento não há pendências urgentes, há apenas 2 (duas) pendências de incidentes processuais (todas elas no 1º grau), as que ainda serão analisadas quanto à possibilidade de ajuste no próprio PJe.

**Deliberação:** os integrantes do comitê responsáveis pela análise dos pedidos de ajuste deverão analisar as solicitações acima mencionadas até a próxima reunião.

## Próxima reunião

**Data:** 28/07/2023

**Horário:** das 10h às 11h

**Local:** Sala Ponta Negra do CEJUSC Natal

## MEMBROS PRESENTES À REUNIÃO

Nome*
Dr. Eduardo Serrano da Rocha
Dr. Michael Wegner Knabben
Marcelo Roberto Silva dos Santos
Marília Melo Diniz
Tiago Lima Rodrigues
Tarcísio Pinto Câmara
Divanda Lima de Freitas Cavalcanti
Cláudio Delgado de Freitas
Joany Anastácio Barata
José Adriano Silveira Albuquerque Guimarães

**\*Assinaturas coletadas eletronicamente (PROAD nº 412/2023)**

